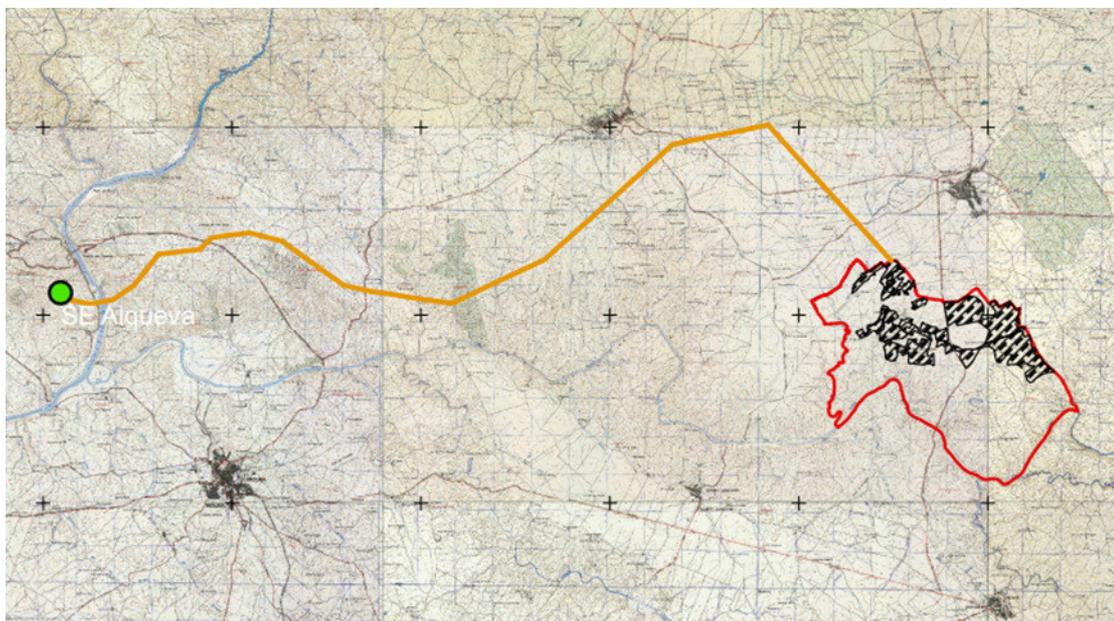


SUN ARROCHAIS

CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DOS ARROCHAIS E LINHA DE LIGAÇÃO À REDE, A 400 kV



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Fase de Estudo Prévio

Vol. I – Resumo Não Técnico

Janeiro 2020

CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DOS ARROCHAIS E LINHA DE LIGAÇÃO À REDE, A 400 KV

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

ÍNDICE GERAL

Volume I	Resumo Não Técnico
Volume II	Relatório
Volume III	Anexos

ÍNDICE

O que é o Resumo Não Técnico?	3
O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação deste projeto com este procedimento? E o que é a Decisão de Impacte Ambiental?	3
Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?	4
Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?	5
Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?	5
Foram consideradas alternativas ?	7
Quais as principais características da área de implantação do projeto?	8
Quais os principais efeitos (impactes) do projeto?	10
Quais as principais medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos? E quais as consequências dessas medidas nos impactes anteriormente identificados?	11
E foi proposta monitorização?	12
Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?	13

CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DOS ARROCHAIS E LINHA DE LIGAÇÃO À REDE, A 400 KV

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

O que é o Resumo Não Técnico?

O **Resumo Não Técnico (RNT)*** é um documento que integra o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), mas que é editado de forma autónoma, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a consulta pública.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes do EIA. Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos ao estudo dos efeitos do projeto da **Central Solar Fotovoltaica dos Arrochais e Linha de Ligação à Rede, a 400 kV**, poderá consultar o EIA que estará disponível no sítio de internet Participa, que é o portal oficial onde são disponibilizados os processos de consulta pública a cargo do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

*: Na última página encontra-se uma lista de siglas.



Sítio internet: www.participa.pt

O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação deste projeto com este procedimento? E o que é a Decisão de Impacte Ambiental?

Determinadas categorias de projetos estão sujeitas ao procedimento de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**, antes do seu licenciamento. A decisão de sujeitar um projeto a AIA depende das suas características e estas encontram-se definidas no regime legal da AIA, que é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro. Este diploma transpõe para o direito nacional a Diretiva europeia 2011/92/UE, alterada pela Diretiva 2014/52/EU, usualmente designada como Diretiva AIA.

As instalações industriais destinadas à produção de energia elétrica localizadas em áreas sensíveis, com uma potência instalada superior a 20 MW, estão automaticamente sujeitas a AIA. Também as subestações com linhas elétricas, com potência superior a 110 kV ou área ocupada superior a 1 ha, estão sujeitas a AIA, bem como as linhas aéreas de transporte de eletricidade com uma tensão igual ou superior a 220 kV e cujo comprimento seja superior a 15 km.

Visto que o projeto da Central Solar Fotovoltaica dos Arrochais e Linha de Ligação tem uma potência total instalada de **240 MWp**, uma linha de ligação à rede pública, **a 400 kV** e ainda uma **subestação** que assegura a ligação à linha de 400 kV, este projeto está abrangido pelo procedimento de AIA.

O projeto está também localizado em áreas sensíveis nos termos do RJAIA (alínea a) do artigo 2.º), nomeadamente: a **Zona de Proteção Especial (ZPE) Moura/Mourão/Barrancos** e o **Sítio de Importância Comunitário (SIC) Moura / Barrancos**.



A legislação nacional, como os Decretos-Lei, pode ser consultada no sítio de internet <http://www.dre.pt>



A legislação comunitária, como as diretivas europeias, pode ser consultada no sítio de internet: eur-lex.europa.eu/pt/index.htm

A definição de **área sensível** está estabelecida no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, como:

- Área protegida;
- Sítio da Rede Natura 2000;
- Zona de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação.

As **Zonas de Proteção Especial (ZPE)**: estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, destinam-se essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitat, e das espécies de aves migratórias e cuja ocorrência seja regular.

A AIA tem como **objetivos**:

- Avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos;
- Identificar as medidas para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos;
- Indicar as medidas de controlo (monitorização) a adotar, antes de uma decisão ser tomada.

A AIA também permite que as entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para essa decisão sobre o projeto.

Assim, o proponente de um projeto sujeito a AIA deve preparar um documento, designado como **EIA**, contendo as informações sobre os potenciais efeitos do projeto e as medidas que se propõe adotar para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos, bem como as medidas potenciadoras de impactes positivos.

Este EIA é apresentado a uma entidade da Administração Pública, designada como **Autoridade de AIA**, para apreciação. No caso do projeto da Central Solar Fotovoltaica dos Arrochais e Linha de Ligação à Rede, a 400 kV, a Autoridade de AIA é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-A).

O EIA foi desenvolvido entre abril de 2019 e janeiro de 2020, sendo constituído pelos seguintes três volumes, autónomos, para permitir uma melhor perceção do documento:

- **Resumo Não Técnico**, que corresponde ao presente documento, de síntese;
- **Relatório**, que corresponde ao volume no qual a informação sobre o projeto é analisada com maior detalhe;
- **Anexos**, que correspondem a elementos complementares, considerados pertinentes para o total entendimento da análise do projeto.

Após a apreciação do EIA por parte de uma comissão (a Comissão de Avaliação), nomeada para o efeito, o procedimento termina com a emissão de uma **Declaração de Impacte Ambiental (DIA)**. Esta declaração é emitida pela Autoridade de AIA e pode ser favorável, favorável condicionada ou desfavorável. A DIA deve ter em conta a análise dos impactes do projeto realizada por uma comissão (a Comissão de Avaliação), nomeada para o efeito, bem como os resultados da consulta pública realizada. O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA favorável ou favorável condicionada.

Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?

O projeto analisado no EIA é a Central Solar Fotovoltaica dos Arrochais e Linha de Ligação À Rede, a 400 kV e o proponente é a sociedade **Sun Arrochais, Lda**.

A entidade licenciadora é a **Câmara Municipal de Moura**.



Sítio internet: www.ccdr-a.gov.pt
Telefone: 266 740 300

Quando a DIA é **favorável condicionada**, a realização do projeto fica dependente da concretização de determinados procedimentos. Estes correspondem às medidas que são consideradas necessárias para potenciar os efeitos positivos do projeto e evitar, reduzir ou compensar os seus efeitos negativos significativos. Exemplos destas medidas são a implementação de planos de gestão ambiental e a adoção de procedimentos de integração paisagística, entre outras.

Em que fase se encontra o projeto?

A AIA pode decorrer em fase de estudo prévio (também chamada “anteprojetos”) ou na fase de projeto de execução.

O projeto da Central e Linha de Ligação encontra-se em fase de **estudo prévio**, ou seja, encontra-se numa fase em que os detalhes necessários para o licenciamento e subsequente construção e exploração ainda não estão definidos.

Tendo sido o EIA elaborado em fase de estudo prévio, na fase seguinte do projeto deverá ser sujeito a um procedimento de verificação de conformidade ambiental do projeto de execução, que se inicia com a submissão do **RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução)**. Nessa fase, para além da verificação da conformidade das condicionantes e medidas de mitigação que venham a ser fixadas na DIA, serão desenvolvidas e pormenorizadas as medidas de mitigação, incluindo um Plano de Gestão Ambiental da Obra, e os programas de monitorização propostos.



Sítio internet:
[www.http://www.cm-moura.pt/](http://www.cm-moura.pt/)
Telefone: 285 250 400

Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?

O projeto tem o intuito de aproveitar o recurso sol, que Portugal tem em abundância, e o qual pode no momento atual e com o correto dimensionamento ser competitivo em termos de mercado, contribuindo ainda para as metas do País para integração de renováveis na produção de energia e descarbonização da economia.

Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?

O projeto localiza-se na **freguesia da Amareleja, concelho de Moura**, distrito de Beja. Considerando a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o projeto localiza-se na **NUTS II – Alentejo** e na **NUTS III – Baixo Alentejo** (ver Desenho 1, no final do documento).

A sigla **NUTS** significa Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos e corresponde a um sistema hierárquico de divisão do território português em regiões.

O projeto está inserido na Herdade dos Arrochais. A Herdade é dividida em duas metades pela estrada nacional (EN) n.º 385, que tem um desenvolvimento aproximado norte-sul. A localidade mais próxima é a vila da Amareleja, situada a cerca de 1,5 km a nordeste.

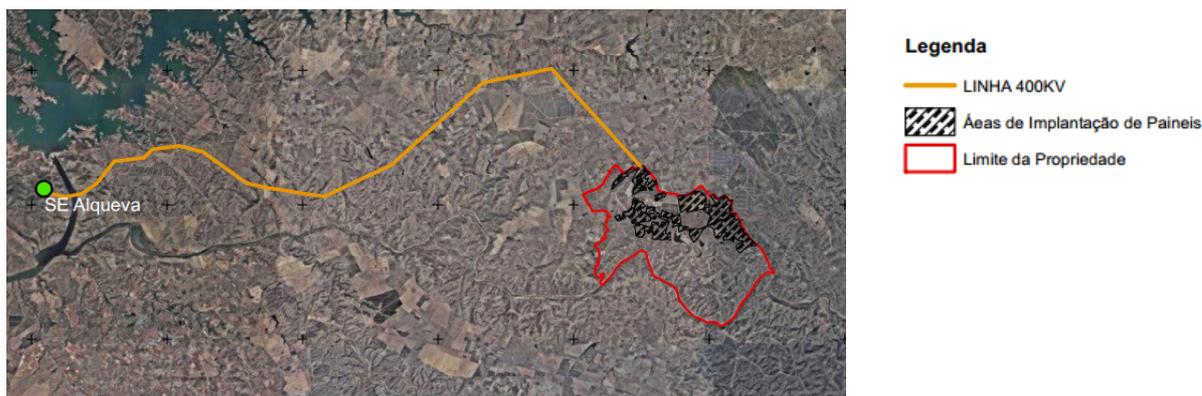


Figura 1 - Projeto da Central e Linha de Ligação à Rede

O terreno da Central Fotovoltaica tem uma área bruta de **460,25 ha**, apresentando uma configuração regular. A Central Fotovoltaica é constituída por **553 332 módulos fotovoltaicos**, com a potência unitária de **435 Wp**, montados em estruturas fixas de aço galvanizado.

Os painéis são agrupados em *strings* (grupo de módulos ligados eletricamente em série). Neste projeto prevê-se que sejam feitos agrupamentos de 26 painéis ligados em série, ou seja, prevê-se a instalação de um total de 21 282 *strings*.

A **potência de ligação** da Central Fotovoltaica à rede elétrica de serviço público é de **206 MVA**. Tecnicamente, a Central deve ficar equipada com um sobredimensionamento da potência total instalada de cerca de 23%, pelo que se adotou uma **potência total instalada de 240,7 MWp**.

Os painéis estão associados a 13 **inversores** de 3437 kW cada, equipados com a mais avançada técnica modular de sistemas fotovoltaicos para ligação à rede destes sistemas.

A **ligação** é efetuada através de uma **linha aérea simples, a 400 kV** entre a Subestação dos Arrochais e a Subestação de Alqueva da REN (Rede Elétrica Nacional). Numa primeira parte, com cerca de 5 km, a linha segue um traçado aproximadamente linear até à interseção com o canal da linha existente, que liga a subestação de Alqueva à subestação de Balboa. A partir deste ponto e até à Subestação de Alqueva, a linha segue paralelamente a esta, distanciado cerca de 45 m para sul, durante cerca 21,5 km.

O **acesso** à Central é feito a partir da EN 385 que divide a Herdade dos Arrochais em duas partes. A partir desse acesso externo, os acessos ao lado Este e Oeste da EN são assegurados por caminhos internos.

Tendo em consideração o tipo de projeto em avaliação, a **fase de construção** corresponde, no essencial, à beneficiação dos caminhos, à fixação das estruturas ao solo, à abertura de valas para cabos, à colocação dos equipamentos em cabinas pré-fabricadas e à execução das ligações elétricas necessárias.

Prevê-se a utilização de materiais como ferro, aço, manilhas, tubagens de materiais diversos, bem como a utilização de energia elétrica, combustíveis fósseis e água potável, de modo a garantir a iluminação, o funcionamento dos diversos equipamentos e a manutenção das áreas afetas à obra.

Na fase de construção, é previsível que sejam produzidas águas residuais domésticas do estaleiro que serão recolhidas e enviadas para tratamento.

Os resíduos produzidos na fase de construção do projeto incluem resíduos sólidos urbanos, resíduos de construção e demolição, resíduos da desmatagem, combustíveis e lubrificantes usados na manutenção/funcionamento da maquinaria e equipamentos afetos à obra.

As emissões atmosféricas produzidas estão associadas ao funcionamento dos equipamentos e veículos envolvidos na obra, isto é, correspondem a gases de escape. Para além das emissões referidas, prevê-se ainda a emissão difusa de poeiras resultantes das operações de decapagem e da circulação de veículos e máquinas em superfícies pavimentadas e não pavimentadas.

Na **fase de exploração** prevê-se o seguinte conjunto de atividades:

- Manutenções preventivas, com periodicidade semestral;
- Monitorização para deteção de problemas de funcionamento, incluindo visitas regulares à Central, e intervenções que se revelem necessárias;
- Operações de limpeza da vegetação, podendo recorrer-se ao pastoreio;
- Operações de limpeza dos painéis, a realizar se necessário, recorrendo a autotanques com água desmineralizada..

A produção de energia na central não produz efluentes nem emissões atmosféricas. O ruído dos equipamentos (posto de corte, subestação, transformadores, inversores) é bastante reduzido pelo que não é expectável que seja sentido nos recetores mais próximos.

Os resíduos produzidos são os resultantes das ações de manutenção, podendo incluir equipamento elétrico e eletrónico, peças metálicas, peças plásticas, embalagens e óleos usados. Os resíduos do controlo da vegetação podem ser reduzidos caso seja adotada a solução de utilização da área como pastagem de ovinos.

Embora não esteja prevista a **desativação** do projeto, caso esta venha a ocorrer, envolverá ações de demolição e desmantelamento das infraestruturas construídas, originando assim um conjunto de resíduos de construção e demolição, na sua maioria constituída por elementos metálicos suscetíveis de reciclagem. Alguns dos resíduos, contaminados com óleos, serão qualificados como perigosos devendo ser alvo de encaminhamento para valorização ou deposição adequada.

Prevê-se que a fase de construção **empregue** cerca de uma centena de trabalhadores em cada uma das empreitadas (central, subestação e linha elétrica e respetiva subestação). A exploração da Central Fotovoltaica não cria nenhum posto de trabalho direto. No entanto, as operações de manutenção acima referidas contribuem para a criação de emprego, em particular na empresa responsável pela manutenção.

Relativamente à **programação temporal**, estima-se que a fase de construção tenha uma duração de cerca de 12 meses.

Foram consideradas alternativas ?

Uma central fotovoltaica exige, para além de um determinado número de horas de sol, um terreno com os seguintes requisitos de viabilidade técnica e económica:

- Orientação solar favorável;
- Morfologia plana ou com declives suaves, quer por razões de exposição solar quer para evitar custos de operações de terraplenagem e impactes visuais negativos;
- Dimensões necessárias;
- Acessos existentes e fáceis.

A localização selecionada para as áreas de implantação dos painéis teve sobretudo em conta a minimização de impactes nos valores naturais e culturais, tendo sido antecedida pela cartografia de habitats e estudos da vegetação, da flora e da fauna, pela cartografia das condicionantes aplicáveis e pelos trabalhos arqueológicos.

No caso da linha elétrica, foram tidos em conta os traçados das linhas existentes, pelo que a alternativa selecionada é a que evita a criação de um novo corredor.

Não foram considerados outros tipos de alternativas, dado que a tecnologia selecionada já otimiza os objetivos pretendidos, no caso da central.

Quais as principais características da área de implantação do projeto?

O projeto da Central Solar Fotovoltaica dos Arrochais e Linha de Ligação à Rede, a 400 kV, está inserido na **Herdade dos Arrochais**. O terreno é ocupado, na grande maioria, por terrenos agrícolas e de pastagem, florestas, matos e sistemas agroflorestais. Na envolvente imediata ao projeto não se localiza nenhuma povoação consolidada, ficando a vila da Amareleja a cerca de dois quilómetros a norte da área de intervenção.

A área de estudo desenvolve-se numa zona com cotas variáveis de 100 a 200 m, com exceção de uma pequena área do lado nascente da Herdade, em que se registam cotas no intervalo 200 a 400 m. Na maior parte da área a intervir, o declive é suave (de 1% a 5%), como é possível verificar pela observação da Figura 2.

Os **solos** predominantes são incipientes, apresentando-se com as seguintes características no que diz respeito à sua capacidade: limitações severas (principalmente na zona radicular), riscos de erosão e escoamento superficial.

Quanto à **geologia**, a localização do projeto não afeta concessões mineiras, explorações experimentais, áreas de reserva e cativas, águas minerais ou águas de nascente. Também não é conhecido qualquer geossítio na zona.

O projeto ocupa, como já foi referido, duas áreas classificadas como sensíveis, a **Zona de Proteção Especial (ZPE) Moura/Mourão/Barrancos** e o **Sítio de Importância Comunitário (SIC) Moura / Barrancos**.

Relativamente à **fauna**, são de realçar dois grupos de espécies de aves que assumem particular relevo na área de projeto: aves estepárias e aves planadoras. É importante referir também que a zona da Central está inserida numa zona de caça turística que é gerida de forma a favorecer as espécies cinegéticas alvo.



Figura 2 – Vista da zona que se localiza mais a NE

Um **geossítio** é um lugar de interesse particular para o estudo da geologia, geralmente com características notáveis do ponto de vista científico, didático ou turístico.

O terreno do projeto localiza-se na bacia hidrográfica do **rio Guadiana**, sendo limitado a sul pelo rio Ardila e atravessada no limite poente pela ribeira de Valtamujo que acompanha quase todo o limite. Na zona existe também um conjunto de corpos de água resultantes da construção de barragens que permitem fazer face às necessidades de água para rega e para os animais.

Em termos hidrogeológicos, o projeto insere-se numa área de escassez moderada de **água**, cujo estado quantitativo é classificado como bom. Para além da rede de drenagem natural, regista-se ainda a presença de um conjunto diverso de charcas e pequenos reservatórios de água superficial (ver Figura 3) dispersos na área do projeto. A qualidade da água superficial na área indicia a ocorrência de contaminação de origem agrícola e contaminação urbana e industrial.



Figura 3 – Plano de água na Herdade dos Arrochais, com montado de azinho, ao fundo

O **clima** na região caracteriza-se por ser temperado mediterrânico, incluindo uma estação seca de dois meses no qual se registam valores médios de precipitação inferiores aos valores médios de temperatura.

A **qualidade do ar** no concelho de Moura é globalmente boa, tendo-se identificado o tráfego rodoviário e o setor agrícola como as principais fontes poluentes. Destaca-se apenas o registo de eventuais excedências, indiciando a ocorrência de fenómenos episódicos de poluição atmosférica.

A área em apreço caracteriza-se por um **ambiente sonoro** pouco perturbado, integrando fontes de ruído naturais (como vento, árvores, aves) e a contribuição do ruído resultante da circulação rodoviária na EN 385. Em todos os locais avaliados, os valores registados para os indicadores caracterizadores do ambiente sonoro respeitam os limites legalmente estabelecidos.

Em termos de **infraestruturas**, a recolha e a gestão de **resíduos urbanos** no concelho de Moura são asseguradas pela RESIALENTEJO. O **acesso** ao projeto é realizado a partir da EN 385 que divide a Herdade em duas partes. A partir desse acesso externo, os acessos ao lado Este e Oeste da EN serão assegurados por caminhos internos.

Em termos **socioeconómicos**, o concelho de Moura apresenta baixa densidade populacional resultante de uma acentuada recessão demográfica nos últimos anos. De acordo com os dados estatísticos disponíveis, o concelho de Moura apresenta características rurais com um enfoque no emprego terciário e um poder de compra consideravelmente baixo, no contexto regional e mesmo nacional.

A caracterização da **saúde humana** na área foca-se nos fatores de esperança de vida, natalidade e mortalidade infantil, mortalidade, morbilidade, saúde mental, principais fatores de risco, atividade física, alimentação e nutrição, e deficiência e incapacidade. É de referir também que, na região do Alentejo, existem menos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos) a trabalhar por



Sítio internet: geral@resialentejo.pt
Telefone: 284 311 220

cada 1000 habitantes do que a média de Portugal continental.

Relativamente ao **património**, foi possível registar na zona de enquadramento do projeto e com base nas principais fontes de informação, 17 ocorrências, às quais se acrescentaram mais 21 através do trabalho efetuado no terreno. De todas as ocorrências identificadas, apenas se identificou uma de relevância cultural elevada (ver Castro dos Ratinhos, um povoado fortificado, na Figura 4) e quatro definidas com importância média-elevada. Na área de intervenção do projeto não foram identificados imóveis classificados ou zonas especiais de proteção.

Tendo em conta as características da área, bem como o seu uso do solo, a qualidade da **paisagem** associada ao projeto é classificada como média. As áreas de elevada qualidade visual, a nascente e poente da área em estudo, correspondem à albufeira de Alqueva e suas margens (ver Figura 4) bem como às encostas do vale do rio Ardila (ver Figura 5).



Figura 4 – Vista do Castro dos Ratinhos



Figura 4 – Albufeira de Alqueva



Figura 5 – Vale do rio Ardila, no limite sul da propriedade na qual se insere o projeto

Quais os principais efeitos (impactes) do projeto?

Os principais **impactes positivos**, identificados no EIA e avaliados como significativos, dizem respeito a:

- Reforço local da fileira das energias renováveis, com enquadramento nas disposições estratégicas de ordenamento regional e de política energética;
- Dinamização económica e criação de emprego associados aos

trabalhos de construção da central;

- Reforço das condições para captação de investimentos e parcerias de desenvolvimento tecnológico, associadas ao funcionamento da central.

Identificaram-se também **impactes negativos** significativos, nomeadamente:

- Perda de habitat utilizado pela fauna, devido às operações de construção da linha elétrica e da central;
- Mortalidade de aves por colisão ou eletrocussão, devido à existência de uma nova linha elétrica;
- Perturbação da fauna na fase de exploração, devido às operações de limpeza e de manutenção da área;
- Afetação de ocorrências arqueológicas, devido à implementação das infraestruturas do projeto;
- Alteração da paisagem, devido às operações de construção da central e à presença física, na fase de exploração, da central e da linha elétrica.

No EIA são ainda analisados os **impactes cumulativos** esperados do presente projeto. Nesse sentido, conclui-se que a execução da Central e da Linha de Ligação gera impactes cumulativos com outros projetos similares, considerando a existência já de uma central fotovoltaica de grandes dimensões, a Central Solar da Amareleja (ver Figura 6), e a intenção de construção de três outras centrais no concelho de Moura.

Um **impacte cumulativo** é um efeito positivo ou negativo que se faz sentir num determinado recurso ou valor (por exemplo, água, plantas, animais, população, entre outros), por influência dos vários projetos passados, presentes ou previstos na região que afetam esse mesmo recurso.



Figura 6 – Vista para a central fotovoltaica da Amareleja

Esta concentração de projetos de produção de eletricidade a partir do sol gera potenciais efeitos contraditórios: por um lado, provoca uma significativa alteração na perceção e nas dinâmicas do território, por outro lado, permite a consolidação de uma fileira local mas de importância nacional no campo das energias renováveis, potenciador do desenvolvimento de ações de investigação, formação e desenvolvimento tecnológico.

Quais as principais medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos? E quais as consequências dessas medidas nos impactes anteriormente identificados?

No EIA propõe-se um conjunto de medidas para evitar, minimizar e compensar os efeitos negativos decorrentes da construção e exploração do projeto, bem como para maximizar os efeitos dos impactes positivos.

As **medidas compensatórias** são direcionadas para a fauna, particularmente para a comunidade de aves. Após uma fase inicial de caracterização das aves presentes na área e sua envolvente, sugerem-se as seguintes medidas:

- Revisão e implementação de um novo Plano de Gestão Florestal em paralelo com a elaboração e implementação de um Plano de Gestão da Biodiversidade;
- Desenvolvimento de um novo Plano de Gestão Cinegética que seja compatível com a conservação da natureza;
- Introdução de um conjunto de regras de utilização das charcas e açudes que garantam a sua utilização pela cegonha-preta durante a época de reprodução;
- Instalação de plataformas adequadas à nidificação de abutre-preto e de águia-imperial.

O EIA propõe também um conjunto de **medidas preventivas e minimizadoras dos impactes negativos**, das quais se destacam:

- Aplicação de sinalização nos troços da linha que atravessam ambientes com características estepárias, nomeadamente pastagens naturais e culturas arvenses de sequeiro;
- Manutenção da atual gestão de espécies cinegéticas, nomeadamente de coelho-bravo e de perdiz, uma vez que esta gestão favorece as populações de grandes rapinas, em especial de grandes águias;
- Acompanhamento arqueológico das obras;
- Localização do estaleiro e do parque de materiais em local protegido das vistas que se têm em direção aos polígonos da central, a partir dos pontos de maior visibilidade existentes na envolvente próxima;
- Elaboração de um projeto de recuperação e integração paisagística para a área da central fotovoltaica, em fase de projeto de execução.

O EIA também inclui algumas **medidas de valorização dos impactes positivos**, em particular relacionadas com o emprego e com a investigação, formação e desenvolvimento tecnológico na fileira das energias renováveis.

E foi proposta monitorização?

Propõem-se a realização de um programa de monitorização da **biodiversidade**, nas fases de construção e de exploração .

Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?

Tendo em conta a análise efetuada, não foram identificados impactes negativos que inviabilizem o projeto da Central e Linha de Ligação.

Lisboa, janeiro de 2020



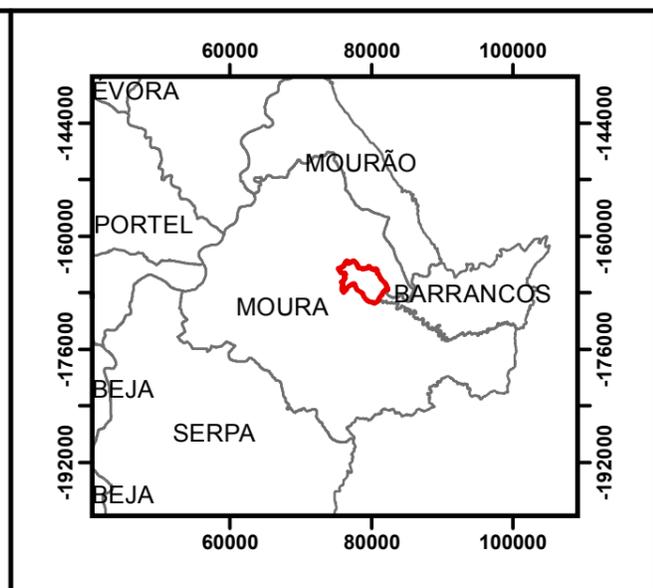
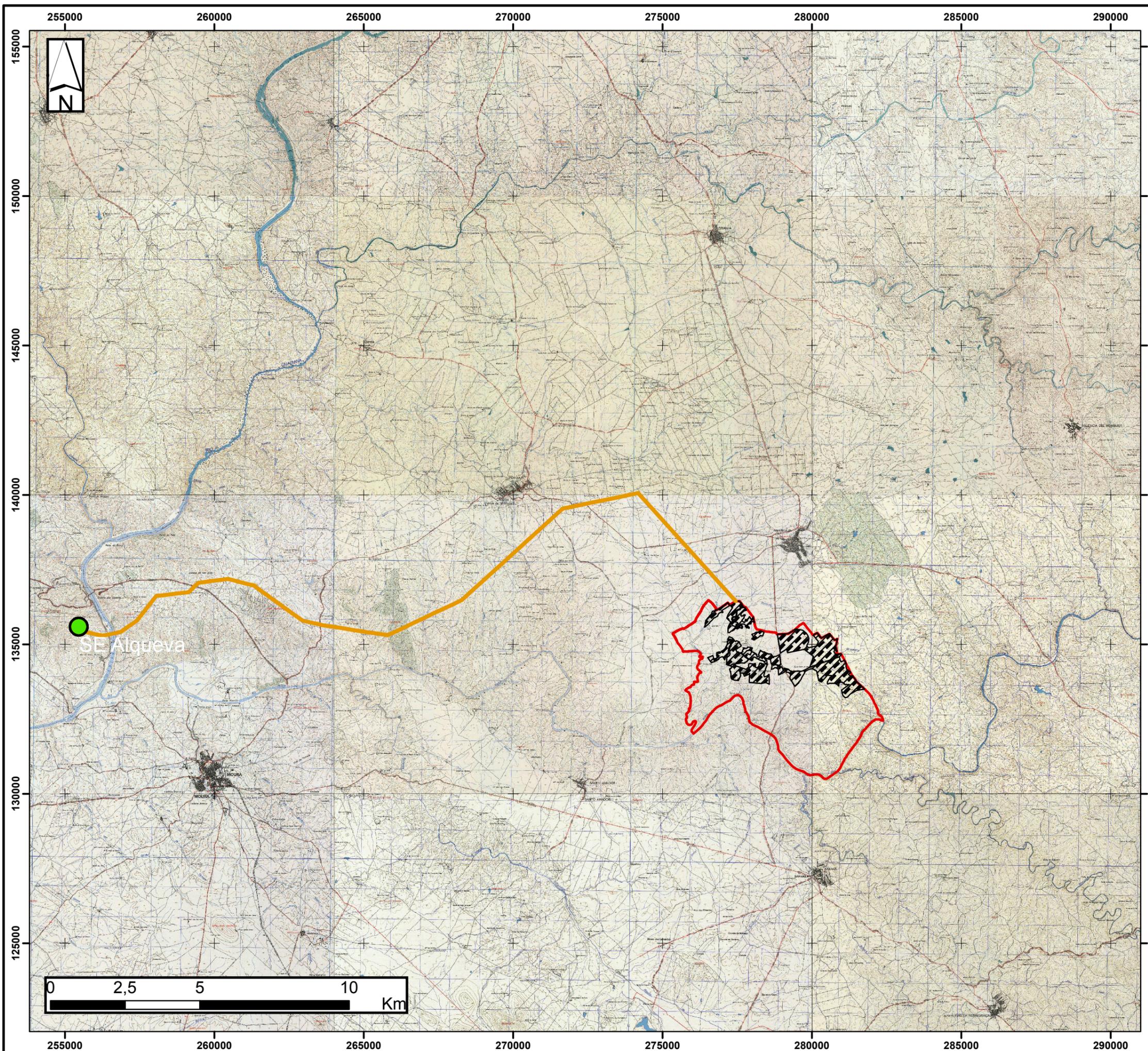
Júlio de Jesus, eng.º do ambiente,
OE 19972, membro profissional APAI n.º 1



José Pedro Vieira, eng.º do ambiente,
OE 80832, membro profissional APAI n.º 262

SIGLAS

PDM – Plano Diretor Municipal
PGA0 – Plano de Gestão Ambiental da Obra
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes
CCDR-A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
DIA – Declaração de Impacte Ambiental
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
EN – Estrada Nacional
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OE – Ordem dos Engenheiros
RECAPE – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
RJAIA – Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental
RNT – Resumo Não Técnico
SIC – Sítio de importância Comunitária
ZPE – Zona de Proteção Especial



Central Fotovoltaica da Herdade dos Arrochais

Canais de Ligação

Legenda

-  LINHA 400KV
-  Áreas de Implantação de Paineis
-  Limite da Propriedade

Fonte:
Instituto ICNF; DINAMISGLOBE, LDA

Datum Lisboa Hayford-Gauss IGEOE	1:122.000
-------------------------------------	-----------